

31/7/96 p. 10
201

Projeto milionário ameaçava Amazônia

Madeireiras da Malásia planejavam investir US\$ 500 milhões na região, quando o governo suspendeu a extração de mogno e virola

Warner Filho
Da equipe do Correio

Uma ameaça de meio bilhão de dólares e a descoberta de que a Amazônia foi desmatada — de 1992 a 1995 — em área equivalente a dez vezes o Distrito Federal levaram o Palácio do Planalto a atropelar o Congresso e baixar o decreto que suspendeu novas concessões e autorizações para a extração de mogno e virola. O governo rastreou investimentos de empresas madeireiras da Malásia em projetos de extração na Amazônia e descobriu a cifra de US\$ 500 milhões. "Eles já devastaram a Malásia e o Suriname e ago-

ra descobriram a Amazônia", avisa o diretor de Recursos Naturais Renováveis do Ibama, Paulo Benincá.

Em 1991, a Amazônia perdeu 11,13 mil quilômetros quadrados de florestas. Esse número subiu para 14,9 mil depois de 1992. De lá até 1995, o desmatamento acumulado chega a 59,38 mil quilômetros quadrados — área maior que o Rio de Janeiro ou a Paraíba.

O decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso, que completa uma semana hoje, pegou de surpresa ambientalistas e parlamentares. Tramita na Câmara projeto do deputado Gilney Viana (PT-MT) propondo moratória de cinco anos para o corte de mogno e viro-

la. Segundo deputados que participavam das negociações, o governo sempre foi contra a medida, embora o Ibama negue isso.

O relator da matéria, Luciano Pizzatto (PFL-PR) — engenheiro florestal, ex-diretor do Ibama —, propunha medida menos radical: fiscalização mais rígida e prazo de seis meses para as empresas se adequarem às novas regras. Só depois desse tempo proibir o corte para quem não se adaptou às novas regras.

CONFUSÃO

Em comunicado do Ibama à imprensa — divulgado inclusive na página do instituto na Internet — lê-se: "A exploração de madeiras das espécies mogno e virola está suspensa por dois anos". Mas a informação é corrigida por Benincá: "Estão suspensos apenas os novos projetos. Os que já existem e estão dentro da lei vão continuar".

O decreto assinado pelo presidente Fernando Henrique dá mes-

mo margem para mais de uma interpretação. Diz que "ficam suspensas as autorizações e concessões" durante dois anos. O decreto também manda cancelar os projetos que apresentem "irregularidades". O detalhe é que isso já estava na lei, mas não era aplicado. Segundo o secretário de Desenvolvimento Integrado do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo Deusdará, a novidade é que o decreto estipula prazo para o Ibama punir os fora-da-lei: 60 dias.

Com base nas novas regras, o Ibama pretende diminuir em pelo menos 60% o volume de extração de mogno. "Vamos fiscalizar primeiro os documentos dos projetos, depois vamos verificar se o que está no papel é cumprido na floresta", promete Benincá.

COINCIDÊNCIA

Chama a atenção o fato de que o governo resolveu adotar as medidas — das quais aparentemente

discordava — junto com o anúncio do aumento de 34% na taxa anual de desmatamento na Amazônia. Deusdará confirma que o objetivo do decreto é frear o desmatamento. Para o coordenador de comunicação do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Paulo Lyra, no entanto, o desmatamento é feito, por exemplo, para implantação de agricultura ou pecuária. "A exploração do mogno é seletiva, não implica em corte raso da floresta".

A Fundação Pró-natureza (Funatura), Organização Não-Governamental que desenvolve, há dois anos, extensa pesquisa sobre mogno e virola, já havia apresentado ao governo os resultados do estudo, onde pedia medidas para a proteção das espécies. "Mas o governo não mostrou interesse em tomar qualquer atitude mais forte", conta o superintendente executivo da entidade, César Vitor do Espírito Santo.

Até os fiscais serão vigiados

Há 3.040 projetos de extração de madeira na Amazônia. O Ibama pretende visitar 1.010 deles para verificar o cumprimento das regras. Mas, além dos madeireiros inescrupulosos, terá de enfrentar outro tipo de inimigo: os fiscais corruptos. "Esse é um problema gravíssimo", diz César Vitor, da Funatura. O Ibama não nega que o problema exista. "Sabemos que as ilegalidades ocorrem", reconhece o diretor de Recursos Naturais Renováveis, Paulo Benincá.

Com a escassez cada vez maior de mogno em terras passíveis de exploração, os madeireiros passaram a atacar nos últimos anos as áreas de proteção e as reservas indígenas. Estima-se que entre 1982 e 1992 as terras indígenas perderam mais de dois milhões de metros cúbicos de mogno — o que dá uma média de 250 caminhões carregados da madeira nobre a cada mês.

RESERVAS

Segundo o deputado Gilney Viana (PT-MT), metade do mogno exportado em 1987 saiu da reserva dos índios Xicrim, no Pará. O estado tem mais de 3,5 mil madeireiras, sendo que mais da metade trabalha com mogno.

Se a extração continuar no ritmo atual, segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o mogno pode estar extinto em 30 anos.

A madeira do mogno, observa Viana, é hoje a mais valorizada no mercado internacional, chegando a valer US\$ 850 dólares o metro cúbico.

CONTRABANDO

Segundo dados oficiais do governo, o Brasil exportou 174 mil metros cúbicos de mogno em 1993. Cerca de 80% desse total foram parar nos Estados Unidos e Reino Unido. Estima-se que, a cada ano, além da exportação legal, sejam contrabandeados cerca de um milhão de metros cúbicos de madeira, mogno em sua grande maioria.

O mogno nativo leva 50 anos para atingir 30 metros de altura e diâmetro de um metro. Em florestas plantadas, esse tempo pode cair para 30 anos. "Mas muitas vezes a árvore que cresce é impréstevel", adverte César Vitor, da Funatura.

Segundo ele, é comum que os mognos de reflorestamento sejam atacados por uma mariposa quando a árvore é ainda nova, com um metro de altura.

Essa mariposa deposita uma larva que penetra no caule e faz com que ele se bifurque e perca valor comercial.

Carlos Eduardo 4.06.96



Transporte de madeira no Pará: mais de três mil madeireiras atuam no estado, extraíndo mogno até em reservas indígenas, o que é proibido por lei

ARTIGO

A hora e a vez da floresta

Aspasia Camargo

Com o primeiro pacote de medidas anunciadas no último dia 25 pelo presidente Fernando Henrique, o governo federal assume definitivamente a vocação e o destino florestal da Amazônia e sinaliza, com absoluta clareza, o seu propósito de sustar de imediato a expansão das taxas de desmatamento que haviam diminuído entre 1989 e 1991, e que agora tendem ao recrudescimento. No entanto, o mais importante é que a iniciativa é a primeira de uma série de medidas que revelam uma importante decisão governamental: inserir a política florestal no quadro das prioridades nacionais. A nova visão, interministerial e articulada, trabalha em favor da prática permanente do desenvolvimento sustentável, que não é responsabilidade exclusiva do Ministério do Meio Ambiente, que se manifesta pela ação conjunta e matricial de vários ministérios: o das Relações Exteriores e o da Ciência e Tecnologia, que assinam a medida, além da Agricultura e da Reforma Agrária. Sem eles, nenhuma pirrotecnia política irá surtir efeito estruturador de longo prazo. Este efeito estruturador está sendo discutido na Câmara de Recursos Naturais da Casa Civil, que tem como objetivo imediato incorporar a economia de base florestal à dinâmica da competitividade externa, do mercado interno e da ampliação da oferta de empregos.

Sabemos todos que a Amazônia tem sido alvo das atenções do mundo e alguns poderiam equivocadamente interpretar a medida como resposta às pressões externas. Mas não é. Dentro de uma nova visão, a política ambiental que

vem sendo gestada durante este ano e meio de governo tem como fio condutor a idéia, defendida pelo ministro Krause, de que é preciso compatibilizar definitivamente a política para fora, esta que o mundo nos cobra, com a política para dentro, que devemos, sem paixões, exigir de nós mesmos. Isto significa consolidar de vez outro princípio básico: o de que nada será resolvido apenas com o poder de fiscalização e de polícia. Em um país continental como o nosso, é preciso implantar tecnologias de ponta e monitoramento por satélite para exercer um controle efetivo de tão ampla região. O método mais eficaz será, no entanto, a ação preventiva e a mudança de mentalidades, envolvendo a adesão do setor empresarial, da classe política, das organizações civis e da opinião pública para viabilizar as novas opções a serem escolhidas. Facilidades legais, apoios, créditos e infraestrutura devem ser os instrumentos necessários de implantação desta nova política.

Na Amazônia, vamos abandonar de vez o velho modelo do extrativismo itinerante e predatório, que ainda predomina na região e que elimina oportunidades de desenvolvimento duradouro, em favor da exploração sustentável da madeira e dos derivados da floresta, altamente competitivos no mercado nacional e internacional desde que possamos ampliar o seu valor agregado. O que o ministro Krause propõe, em suma, é acabar com a "delinquência econômica" e as formas marginais e precárias de sobrevivência coletiva, em favor de novas oportunidades de trabalho e negócios para

uma região que tem que ser protagonista do desenvolvimento, e não apenas objeto contemplativo da sociedade global.

Os números de 1994 revelados pelo INPE merecem nossa reflexão e não deixam dúvidas: o desmatamento e as queimadas incidem de maneira extremamente desigual sobre os estados da região e indicam redução importante dos estragos anteriores no coração da floresta, especialmente no Amapá, no Amazonas e em Roraima. Em compensação, são ingratos nas áreas de expansão da fronteira agrícola, como Mato Grosso, Rondônia e o crítico estado do Pará. As medidas tomadas pretendem racionalizar o processo produtivo da região e evitar o enorme desperdício de terras já disponíveis em detrimento da floresta compacta. A moratória do mogno é a indicação segura de que esta madeira rara e de cultivo difícil merece de todos nós atenção e respeito. Não podemos exterminá-la neste ciclo perverso de assassinatos seriais que já nos levou outras madeiras nobres e insubstituíveis como o pau-brasil, que nos deu o nome, a peroba, o pau-rosa ou o jacarandá da Bahia. Tudo isto vai acabar, a preço alto, nas janelas e tampas de privadas das residências européias e o que fica para nós, aqui em casa, é muito pouco. Ou nada. Vamos multiplicar o número de nossas florestas, aumentando o estoque de reservas florestais, como já se faz em outros países.

Aspasia Camargo é secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal